



Circular nº 22/2012

10 de Dezembro de 2012

Assunto: Notificação Segurança Social - Trabalho Independente

Caros Associados,

No seguimento das notificações enviadas pela Segurança Social e com base no Código contributivo aprovado pela Lei nº110/2009, de 16 de Setembro, vimos por este meio relembrar que:

O Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social vem consagrar a figura da **Entidade Contratante**, considerando, como tal, abrangidas por esse regime as pessoas coletivas e as pessoas singulares com atividade empresarial, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam, que no **mesmo ano civil beneficiem de pelo menos 80% do valor total da atividade** de trabalhador independente.

Para efeitos do apuramento de quais as entidades empregadoras que devem ser consideradas como entidades contratantes, o Código estabelece a obrigação dos trabalhadores independentes, que não sejam exclusivamente produtores ou comerciantes, de apresentar a declaração anual do valor total da atividade. Esta declaração deve ser entregue pelo trabalhador independente até ao dia 15 do mês de Fevereiro do ano civil seguinte a que respeitam os rendimentos relativos aos serviços prestados.

O montante da contribuição a pagar pelas **Entidades Contratantes é calculado por aplicação da taxa de 5% ao valor total dos serviços que lhe foram prestados** por cada trabalhador independente economicamente dependente no ano civil a que respeitam. No entanto, a obrigação contributiva das entidades identificadas em resultado do apuramento constitui-se apenas quando a Segurança Social calcula o valor dos serviços que lhe foram prestados e procede à emissão da notificação.

Uma vez recebida a notificação, a Entidade Contratante deve aceder à Segurança Social Direta a fim de consultar o detalhe da obrigação contributiva, por cada trabalhador independente, emitir o documento de pagamento, que lhe permitirá cumprir a obrigação através de pagamento no Multibanco ou junto das tesourarias. Caso não concorde com a mesma, poderá registar a competente reclamação, devidamente fundamentada.



associação portuguesa da indústria de refrigeração e ar condicionado

O prazo de pagamento corresponde ao dia 20 do mês seguinte ao da emissão da notificação e o incumprimento do mesmo é passível de aplicação de contraordenação, bem como juros de mora, nos termos legais.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção da APIRAC